

Cargos provocam corre-corre no Senado

O Diário Oficial da União que circula hoje traz a aposentadoria de 14 dos 29 diretores do Senado Federal, e amanhã o presidente da Casa, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), vai nomear os substitutos, o que está provocando uma correria ao seu gabinete de interessados nos cargos. O único dos diretores confirmados até agora é o da gráfica do Senado, Agaciel Maia, irmão do secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia.

A disputa mais acirrada é pelo cargo de diretor-geral, ocupado atualmente pelo ex-senador por Sergipe, Passos Porto. Disputa com ele o também ex-senador Mendes Canale, do Mato Grosso do Sul. Passos Porto deve vencer: ele já tem 36 assinaturas de apoio de senadores com mandato, enquanto

Mendes Canale conseguiu apenas 31 assinaturas. "Não se deve mexer em um lugar que não está dando problemas. Corre-se o risco de criar um problema onde não existia", diz um dos senadores mais influentes e partidário da indicação de Passos Porto.

O senador Mauro Benevides deveria ter feito as indicações dos diretores na semana passada, mas os processos de aposentadoria não haviam sido concluídos e, além disso, a ação dos lobbies dificultava todo o quadro. Os diretores que estão se aposentando pressionavam para se manter nos cargos, mesmo com a aposentadoria, acumulando salários, o que foi vetado pela Mesa do Senado.

CÂMARA

A Mesa da Câmara extinguiu 28 dos 41 cargos que serviam às

lideranças cujos partidos não conseguiram eleger um mínimo de seis deputados. Os 13 restantes, de nível DAS-3, foram colocados à disposição das comissões técnicas da Casa.

A informação foi transmitida ontem pelo presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ao desmentir notícias de que a Mesa teria contratado novos assessores sem prévio concurso público. Ele disse que esses 13 funcionários, que poderão ser requisitados pelas comissões, mediante autorização do plenário, não são titulares de cargos efetivos na Casa e dependem da confiança dos presidentes das comissões.

Pinheiro esclareceu que houve uma confusão entre este tipo de funcionário temporário e os assessores legislativos nomeados recentemente pela Câmara.